



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### ATA N.º 21

#### 14.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Maria da Conceição Ceia Miranda, Tiago Gonçalves (em substituição de Constantina Henriques, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), António Parente (em substituição de António Ventura, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Eugénio Barbosa (em substituição de Luís Testa, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Magda Mão de Ferro (em substituição de Amândio José Valente e Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Branca José Janeiro Santana, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Manuela Pedroso (em substituição de Ana Carneiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, João Vivas (em representação de Vera Alexandra Caixeiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lação Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

A Presidente da Mesa, em substituição, Maria da Conceição Ceia Miranda, deu por aberta a sessão eram 21:15 horas. Após a chamada, consultou a Assembleia, que anuiu a que fosse apresentada, pelo técnico de apoio daquele órgão deliberativo, a plataforma digital de acesso aos documentos enviados aos membros, de modo a facilitar o seu acesso. -----

No uso da palavra, Paulo Bochechas lembrou que tinha sido bastante complicado o último envio da documentação respeitante àquela sessão, uma vez que a maioria dos e-mails de destino não suportava grande quantidade de informação. De seguida passou à explicação do funcionamento da referida plataforma. -----

A Presidente da Mesa agradeceu a explicação efetuada e deu conhecimento dos pedidos de substituição, bem como do teor da correspondência recebida pelos serviços de apoio administrativo. -----

#### **Intervenção do público:**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, a Presidente da Mesa da Assembleia informou o público presente na sala, que não se realizou a Conferência de Representantes por indisponibilidade de todos os líderes e que por isso tinha definido que o período de intervenção dos cidadãos era de 20 minutos. Posto aquilo, perguntou aos presentes se alguém pretendia intervir. -----

Rui Simplício protestou à Mesa quanto à extensividade daquela ordem de trabalhos. O PS compreendia o esforço feito para se incluir 18 pontos, contudo achavam demasiado. -----

Solicitando o uso da palavra, Artur Correia, disse que na qualidade de Presidente da União de Freguesias da Sé e S. Lourenço, alguns dos presentes na última Assembleia de Freguesia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mostraram-se indignados pelas notícias dos media de que uma associação existente em Portalegre iria mudar a sua sede de local, pela décima terceira vez, sem que a Câmara, proprietária do espaço tivesse informado a Direção do mesmo. Tratava-se do Orfeão de Portalegre, com 112 sócios, 55 orfeonistas e cerca de 28 colaboradores. O grupo em questão realiza diversos concertos fora do concelho. O Orfeão já existia há 36 anos e, na sua opinião, considerava haver falta de respeito para com o mesmo, visto que representavam Portalegre lá fora, já há muitos anos. Acrescentou que não poderia deixar de manifestar ali alguma tristeza ao ter sabido que o espaço onde estava atualmente o Orfeão iria passar a ser um museu de arte sacra. Em conclusão, estava ali mandatado para mostrar o descontentamento daquela associação, a qual merecia o respeito de todos os portalegrenses. -----

No uso da palavra, José Ceia, Presidente do Orfeão de Portalegre, referiu que a notícia do jornal local os tinha deixado preocupados porque não tinha havido um conhecimento prévio da situação ou uma solução por parte da autarquia. Perguntou ao executivo para onde é que os mandariam a seguir. Mais disse que as obras feitas no edifício onde estavam tinham sido a cargo do próprio Orfeão, no valor de cerca de 4.500,00€ e em que a maior parte do valor tinha vindo de conhecimento que tinham com firmas do norte, que os tinham ajudado, para que fosse possível realizarem lá os ensaios. -----

A Presidente da Câmara informou que há cerca de um ano, tinha estado com a direção do Orfeão e apresentou a questão a propósito da Diocese estar interessada no espaço dos antigos Bombeiros, junto à Sé Catedral, para servir de entrada ao museu de arte sacra, uma vez que estava contíguo à igreja. Na altura referiu que a concretização daquela cedência obrigaria, evidentemente, a recolocar as pessoas que ali se encontravam, quer o Orfeão, quer a ACT - Autoridade das Condições de Trabalho, num total de doze pessoas. Entretanto houve reuniões com a Diocese, no sentido de encontrar soluções e, nas últimas semanas, com a visita do Presidente da República, deu informalmente conta do estado da questão em sede de reunião de Câmara e foi enviada uma carta à Diocese. O Presidente do Orfeão sabia o que se passava e esteve pessoalmente na Presidência da República, onde lhe foi transmitida a possibilidade da questão vir a ser uma realidade. No entanto, ainda não podia oficializar o Orfeão, dado que a cedência ainda não tinha sido oficializada, em sede de reunião de Câmara. Acrescentou que a carta enviada pelo executivo à Diocese foi consensual. Evidentemente que ao terem apresentado o novo projeto de remodelação da Sé Catedral, a questão se tornou pública. Não lhe passaria pela cabeça que os orfeonistas não ficassem com um lugar para ensaio e, nas palavras do presidente do grupo que ali estava presente, calculava que fossem para um espaço melhor. Disse não saber qual era o espaço em concreto, embora houvesse vários possíveis. Mais referiu que a proposta estava agendada para a reunião de 02 de maio, onde seriam tomadas as diligências e apresentadas, formalmente, ao orfeão. No entanto, o projeto ainda não estava feito. Por último, disse que não fazia sentido desalojar o referido grupo, sem que antes tivessem uma alternativa à altura e com a dignidade e respeito que o Orfeão merecia. -----

Rui Simplício disse que já tinha havido um projeto para aquela zona que, pelos vistos, tinha sido abandonado. Por outro lado, o antigo edifício da Câmara Municipal também se estava a degradar constantemente e merece ser recuperado para dignificar aquela área. Questionou se a cedência seria feita a título gratuito ou a título de empréstimo. -----

Hugo Capote disse que apesar das explicações da Presidente da Câmara não conseguiu perceber porque é que não houve tempo para ter explicado, oficiosamente, a uma associação como o Orfeão de que tinha intenção de os remover dali e recolocar noutra local, deixando assim que o grupo tivesse conhecimento do assunto através de um órgão de comunicação social. Não era, certamente, a forma mais cordial de tratar o grupo em questão. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara lembrou que já tinha falado com a direção e o Presidente do Orfeão, o qual estava por dentro do assunto. Relativamente à cedência, informou que a proposta que ia a reunião de Câmara era referente à cedência gratuita do local e que também teria de ir àquela Assembleia. -----

Cristóvão Crespo disse que já não se surpreendia com a forma como aquelas coisas eram tratadas e, inclusivamente, estavam a colocar em causa o Bispo, numa questão que ainda nem estava resolvida. Não houve o devido zelo e criou-se uma situação indesejada com uma associação, envolvendo terceiros. -----

Hugo Capote disse estranhar que o Presidente do Orfeão tivesse ido ali fazer aquela intervenção se já tivesse conhecimento formal do que se estava a passar. Quanto à cedência, manifestou alguma tristeza porque, sendo a nível gratuito, já previa que não fossem para o espaço Robinson, onde seria suposto a autarquia juntar todas as associações da cidade. -----

A Presidente da Câmara disse que também lamentava o facto de não estarem todos naquele espaço, mas a verdade é que os atos e as palavras ficavam para quem os proferia. Relativamente ao que foi dito pelo membro Crespo, lembrou que durante todos os anos em que o PSD esteve à frente da Câmara Municipal o problema do Orfeão não foi resolvido. -----

### Período antes da ordem do dia:

#### Moção - CDU (Hugo Capote)

“No próximo dia 1 de maio, a exemplo do que sucedeu há 130 anos em Chicago, os trabalhadores de todo o mundo ergueram as suas vozes reclamando direitos e exigindo uma vida melhor. Cumprem desta forma a decisão do congresso socialista que reunido em Paris, no ano de 1889, decidiu que em todo o mundo os trabalhadores sairiam à rua em cada 1.º de maio para homenagear os mártires de Chicago e reivindicarem condições de vida dignas. Assim sucedeu em 1990 e nos anos seguintes, estava assumido o dia 1.º de maio como dia nacional do trabalhador. Em Portalegre, a data é assinalada desde o primeiro momento, em 1890, 1891 e 1892 composições e artigos na imprensa local e a partir de 1893 com ações públicas e desfiles a partir de 1898. Assim será de novo na cidade de Portalegre, onde, por convocatória da união dos sindicatos do Norte Alentejano, os trabalhadores desfilarão, reivindicando a melhoria das condições de vida e de trabalho e de continuarem a viver e a trabalhar no Norte Alentejano. Como há 130 anos, na cidade de Chicago, voltar-se-iam a ouvir as exigências de mais e melhor trabalho, melhorias salariais e redução da jornada de trabalho. Também na cidade de Portalegre lembrar-se-ão as palavras premonitórias de um dos mártires de Chicago, que dirigiu aos seus carrascos, antes de ser assassinado: “apagam-me a fâsca mas, lá e acolá, atrás e à vossa frente, em todas as partes, as chamas crescerão. É um fogo subterrâneo que vocês não poderão apagar.”

A Assembleia Municipal do concelho de Portalegre, concelho que já considerou o dia 1.º de maio como dia do concelho, saúda o dia internacional dos trabalhadores e quantos por todo o mundo continuam a lutar por um futuro melhor e decidem:

1 - Saudar os trabalhadores e trabalhadoras do concelho e as suas organizações representativas; saudar os trabalhadores e trabalhadoras que na cidade de Portalegre irão no dia 1 de maio próximo continuar a ação e a luta de quantos, desde 1890, também neste concelho, nunca deixaram de reivindicar e lutar pelo direito de viver com dignidade. Exortam-nos a continuar a luta que é de todos, pelo direito de nascer, viver e trabalhar com dignidade na nossa região e no nosso concelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

2 - Saudar de forma especial as mulheres trabalhadoras, as mães de hoje e de amanhã, que também nesse dia comemoram o seu dia. Pela tenacidade, firmeza e determinação com que têm estado, também no nosso concelho, na frente da luta contra as discriminações, pelo direito à igualdade entre homens e mulheres, por um Portugal de progresso e justiça social.”

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a moção da CDU. -----

### **Voto de louvor** - CDU (Hugo Capote)

“A qualidade e a importância do festival internacional de jazz de Portalegre - Portalegre jazzfest - consolidada ao longo das suas anteriores doze edições, foram reconhecidas pela entidade regional de turismo do Alentejo e Ribatejo, através da atribuição da distinção “Iniciativa turismo”. A atribuição deste prémio vem consagrar o lugar cimeiro que esta iniciativa, porventura a mais importante manifestação cultural do Norte Alentejano, conseguiu alcançar no panorama musical nacional, afirmando-se como um festival de referência na área do jazz e da música improvisada. Criada em 2003, como parte integrante da política cultural municipal e da visão estratégica para Portalegre, protagonizada pelo pelouro da cultura da Câmara Municipal, então da responsabilidade da CDU, o festival internacional de jazz de Portalegre é dos poucos eventos de então, que continua a acontecer, consolidando o prestígio alcançado desde a sua primeira edição. Apenas com uma interrupção no ano de 2013, o festival conseguiu manter a sua realização anual, condição essencial para a consolidação de públicos e das dinâmicas de criação e de fruição cultural de Portalegre, contrariando a apatia cultural que tantas vezes parece ser uma fatalidade na nossa cidade e criando condições de atração de novos públicos e de dinamização turística, económica e social. A atribuição da supra referida distinção é disso mesmo uma prova, que não teria sido possível alcançar sem o contributo empenhado e qualificado dos trabalhadores do município responsáveis pela realização do evento. A qualidade do seu trabalho é diretamente proporcional à qualidade do evento e, por isso mesmo, o reconhecimento e louvor municipal. Assim, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre propõem um voto de louvor ao festival internacional de jazz, através dos seus obreiros: os trabalhadores do CAEP, nomeadamente o seu diretor artístico Joaquim Ribeiro e toda a equipa técnica deste equipamento cultural municipal: Ilda Nabais, Fernando Mourato, Luís Carpinteiro, Pedro Santos, Clotilde Batista, Gaspar Garção e David Almeida.”

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o voto de louvor. -----

### **ORDEM DO DIA:**

#### **1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Presente o relatório do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes. -----

Hugo Capote salientou que a informação da Presidente, além de ter chegado em cima da hora, não tinha o brio necessário. Só tinha tido acesso àquele ponto no dia anterior. Pelo que teve oportunidade de ler, percebia-se que a atividade da Câmara, nos últimos três meses, se resumia a tentar elaborar um orçamento, o qual foi de extrema dificuldade, devido aos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

constrangimentos financeiros. Embora lá estivessem mencionadas várias reuniões com os partidos da oposição, salientou que com a CDU apenas tinha havido uma, na preparação do orçamento. Apesar de todos saberem que o concelho estava apático e anémico, convinha que quem estava à frente do mesmo não desse aquela mesma imagem. A informação apresentada reforçava que não havia fôlego e que quem liderava não tinha nem vontade, nem uma equipa dinâmica para inverter a situação. -----

Raúl Cordeiro disse que o formato da informação se mantinha, apesar das sugestões em contrário. Efetivamente, o estado era de anemia e o relatório resumia-se a três ou quatro atividades: o orçamento; o jazzfest; a feira da doçaria e a visita do Presidente da República. Questionou a Presidente da Câmara sobre qual tinha sido a natureza e a característica do “trabalho profundo e continuado”, por parte do executivo em permanência, para lhes ter ali apresentado o orçamento em causa. -----

Sara Cid perguntou à Presidente se se recordava de alguma reunião de trabalho tida com o PSD/CDS, no decorrer dos últimos três meses. -----

João Cardoso disse que gostaria que a Presidente lhes falasse um pouco acerca dos resultados dos eventos atrás mencionados. -----

A Presidente da Câmara, quanto ao relatório, informou que tem vindo a efetuar diligências junto da ANMP e da Secretaria de Estado das Autarquias Locais. Lembrou que a resposta dada pelo Secretário de Estado, relativamente à moção da CLIP, não vinha de acordo com o esperado, uma vez que fizeram tábua rasa da Câmara Municipal, dizendo que a mesma já tinha um saneamento financeiro desde 2008. Por outro lado, esqueceram-se que não seria possível reestruturar a dívida, porque segundo o art.º 63.º al. c), do Orçamento de Estado, cumulativamente com as alíneas que a autarquia estava a cumprir só poderia reformular a sua dívida se os encargos não fossem superiores aos já existentes. Portanto, daquele modo a Câmara de Portalegre não conseguiria o objetivo principal que era o de reestruturar a sua dívida. Acrescentou que, em 2008, na altura do saneamento financeiro, se tinha partido de pressupostos que eram completamente diferentes dos atuais. Naquela altura a receita da Câmara era uma e agora é outra, pois tinha havido cortes do Estado, em 2009, de cerca de um milhão de euros. No entanto e apesar de tudo, a Câmara tem vindo a cumprir aquilo que estava estipulado na Lei das Finanças Locais. Foi-lhes pedido que reduzissem a dívida em 10% e a Câmara reduziu em 12.02%. Contudo, não conseguiam reestruturar a dívida. Todas as diligências feitas, quer junto da Secretaria de Estado das Autarquias Locais, quer da Associação Nacional de Municípios, para reformular a lei foram no sentido de existir uma alternativa ou um mecanismo a que possam recorrer os municípios que se encontravam naquelas condições. A nível da Secretaria de Estado, a Presidente referiu que estavam a estudar um mecanismo diferente do fundo de apoio municipal, para contemplar as Câmaras necessitadas, pois as condições do Orçamento do Estado só iria beneficiar meia dúzia de Câmaras a nível nacional, porque as alíneas referiam que tinham de ser cumpridas cumulativamente. Por último disse que todos os ofícios sobre a matéria tinham ido à Câmara e, se necessário fosse, também iriam àquela Assembleia Municipal. Quanto às convocatórias para as reuniões, informou que, efetivamente não tinham sido convocados, uma vez que o desânimo tinha sido muito grande na última vez. Para além de haver contradição nas posições dos outros dois elementos da bancada da Assembleia, também não tinham dado quaisquer contributos. Relativamente à feira da doçaria conventual, lembrou que a edição deste ano tinha sido um sucesso bem visível e todos os participantes o referiram; quanto ao festival de jazz, disse que revelou impacto na cidade e que, enquanto responsável pela cultura, era motivo de orgulho. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Sara Cid disse à Presidente que faltava ali a verdade porque, efetivamente, não tinha reunido com o seu partido. Em segundo lugar, disse que se reunia com os outros também tinha obrigação de reunir com o PSD. E, em terceiro lugar, pediu à Presidente da Câmara que explicasse ali quais tinham sido as contradições que tinha mencionado -----

A Presidente da Câmara explicou que não tinha dito anteriormente que não tinha reunido com o PSD e se o disse era lapso e pedia desculpa. Relativamente à contradição, disse que a mesma, na altura, tinha tido uma posição de apoio quanto ao Orçamento e ao IMI a 0.4% -----

Hugo Capote, perante o que ali ouviu, presumia que não era verdade o que a Presidente disse sobre ter reunido com todos os grupos partidários. Salientou que não se podia ser Presidente de uma Câmara com estados de alma. Era necessário falar com todos e reunir com todos, apesar de poder não gostar de serem ouvidas certas coisas. -----

Jorge Isidro, quanto à informação do executivo, disse que gostaria de ter visto plasmadas mais medidas que fossem direcionadas ao desenvolvimento económico do concelho. Pegando no exemplo do sucesso da feira da doçaria, disse que os factos falavam por si e que o desenvolvimento era uma necessidade muito grande para a cidade de Portalegre. -----

Raúl Cordeiro solicitou esclarecimento quanto ao que foi dito pela Presidente, relativamente ao facto de ter havido uma omissão na resposta da Secretaria de Estado, que anulava aquela resposta. -----

A Presidente da Câmara referiu que a resposta dada pelo Gabinete do Secretário de Estado referia-se ao n.º 1, do art.º 63.º da Lei do Orçamento de Estado. Em determinada altura, foi-lhes dito que a Câmara de Portalegre deveria recorrer ao saneamento financeiro, mas esqueceram-se que a autarquia já tinha saneamento financeiro a decorrer desde 2008. Também referiram que em caso do saneamento financeiro não ser suficiente, recorria-se ao FAM. Contudo, o que a Câmara ali tem debatido era que tal alternativa não iria resultar, porque se estava a cumprir com todos os índices e só não se conseguia era reestruturar a maturidade do saneamento financeiro. Acrescentou que podia dar conhecimento do ofício enviado, ao qual ainda não tinha obtido resposta. -----

Cristóvão Crespo disse que tudo seria mais fácil se a documentação fosse dada a conhecer com a devida antecedência e, a seu ver, não fazia sentido haver desenvolvimentos subsequentes de assuntos importantes que não eram ali apresentados na assembleia. -----

Rui Simplício perguntou à Presidente se o plano de saneamento financeiro que a Câmara tinha, desde 2008, não servia. -----

A Presidente respondeu que não e que os membros da Assembleia tinham consciência dessa situação, pois todos os anos ali era presente o relatório que mostrava que a Câmara estava em incumprimento. Mais lembrou que a autarquia, no início do seu mandato, tinha 53 milhões de dívida e atualmente 34. Os pressupostos atuais do saneamento financeiro eram diferentes dos iniciais. Portanto, as variáveis ao longo dos anos fizeram com que aquele saneamento não funcionasse e teria de ser ajustado ao contexto atual. -----

Rui Simplício presumia que a legislação que se estava à espera que saísse da Secretaria de Estado das Autarquias Locais viesse permitir que a Câmara fizesse um novo plano de saneamento financeiro. -----

A Presidente disse que poderia não ser um plano de saneamento financeiro, mas antes a reestruturação daquele plano. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote disse que a acompanhar a informação municipal ia, pela primeira vez, um relatório sobre a execução do planeamento financeiro, o qual referia uma questão interessante que era o facto de apesar de não poderem negociar, nem prazos, nem spreads, nem juros com a banca, tinham começado com encargos de juros pagos no valor de 580.000€ e, em 2015, apenas se pagaram 191.000€. Aparentemente não era por falta de capacidade de negociação e de flexibilização da banca. -----

A Presidente da Câmara informou que a questão anterior se devia à taxa de juro Euribor, que tinha variado. Mais disse que, legalmente, não podiam negociar diretamente com os bancos. O Tribunal de Contas não permitia. -----

Hugo Capote, relativamente à aprovação de uma desoneração de uma unidade da zona industrial, para produção de cerveja, que ali tinha sido aprovada em dezembro de 2015, perguntou se o lote tinha, ou não, revertido, no pressuposto de que o negócio não se teria realizado -----

A Presidente da Câmara disse que a unidade, até à data, não estava instalada e, tanto quanto sabia, não tinha de reverter. -----

O Vereador Nuno Santana informou que, em relação àquela unidade, faltava pouco prazo para atingir os sete anos e não ter de requerer autorização à Câmara. Foi desonerada e, entretanto, já tinha passado o tempo e infelizmente a empresa não se instalou. -----

Luís Alentejano acrescentou que a fábrica existia. Tinha conhecimento de que a mesma já estava em obras quando existiu um diferendo entre os dois empresários quanto ao local e atualmente estavam instalados no CACE. No entanto, continuava fechada. -----

Raúl Cordeiro disse que durante o período em que uma autarquia estava em programa de saneamento financeiro deveria, obrigatoriamente, apresentar em conjunto com as contas o relatório de execução daquele mesmo programa. A questão ali era que se tratava da primeira vez que aquele relatório ali era presente, naquelas circunstâncias. -----

A Presidente da Câmara, perante o que foi dito anteriormente, deduziu que nem sempre os membros liam os documentos entregues, porque o relatório em causa fazia sempre parte das contas e ia para a DGAL, de seis em seis meses. -----

### **2 - Ata n.º 20, relativa à reunião realizada em 28 de dezembro de 2015;**

Presente a ata n.º 19, relativa à reunião realizada em 2 de dezembro. -----

Raúl Cordeiro referiu que na página 18, terceiro parágrafo, na sua intervenção, onde se lia: "...alguém da Câmara Municipal contra a fundação Robinson.", devia ler-se: "...alguém da Assembleia Municipal...". -----

A Presidente da Mesa disse ficar o apontamento para a respetiva correção na ata. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor e 6 abstenções, em 28 presenças, aprovar a ata n.º 20. -----

### **3 - Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2016/2020;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Deliberação de 22.04.2016 -

Presente Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2016/2020, que foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal, por maioria, por 4 votos a favor e com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana -----

A Presidente da Mesa disse que se não houvesse manifestações contra iriam discutir os pontos 3 e 4 juntamente e depois a votação em separado.-----

Raúl Cordeiro, relativamente à declaração de voto da Presidente, em sede da votação do orçamento, lembrou que na primeira discussão sobre aquele orçamento ainda antes de ter sido chumbado em Assembleia Municipal, o PS tinha definido algumas linhas essenciais para não o inviabilizar. No entanto, continuavam a não ver as tais opções delineadas, vertidas no mesmo. O orçamento da Presidente tão pouco poderia ser o orçamento do PS. Embora houvesse constrangimentos o que aquele orçamento denotava era uma clara falta de estratégia e as ideias do PS não estava minimamente ali vertidas, pelo que o voto só poderia ser contra. -----

Hugo Capote entendia que havia uma estratégia por trás daquele orçamento que era somente pagar dívida. A questão que os levava, uma vez mais, a não poder aprovar aquele orçamento era que, em nenhum momento da elaboração do mesmo, o sentiam como sendo de todos, uma vez que não tinha havido nenhuma abertura à oposição. Mais disse que ao fim de três exercícios orçamentais, lamentavelmente, continuavam com a mesma falta de acolhimento e democracia. Aquela questão já nem era técnica. Contudo, a Presidente da Câmara não podia esquecer de que precisava dos votos da oposição para poder aprovar o orçamento municipal. Tinha de haver cedências de parte a parte quando se tratava de gerir a coisa pública. -----

Jorge Isidro salientou o facto de que, com aquela atitude, a Presidente da autarquia tinha demonstrado claramente que não contava com todas as opiniões e inclusivamente descriminalizava alguns membros, perante outros. Apesar de tal facto, referiu que se tivesse verificado que aquele orçamento partilhava das mesmas ideias, válidas para Portalegre, votaria a favor. Contudo, tal não se verificava, infelizmente. Lembrou já ter tentado por várias vezes contribuir com sugestões e propostas para que o executivo ultrapassasse as dificuldades do concelho. No entanto, não foi tido em conta e, a continuar assim, sem desenvolvimento económico e criação de riqueza, cada vez haveria mais falta de verba para assumir a dívida. -----

Sara Cid, relativamente à declaração de voto da Presidente de Câmara, disse que a mesma revelava alguma falta de rigor, pois um orçamento não era um mero exercício matemático. Um orçamento teria de ser um racional de opções políticas, de coerência económica e de ambição estratégica, sem nunca descurar a transparência contabilística e a rastreabilidade política pelos órgãos locais competentes. A Presidente da Câmara deveria esclarecer ali o que é que tinha sido feito de concreto, ação a ação, desde 2013, para inverter a redução de receitas próprias. Que estímulos e iniciativas tinham sido adotados para alterar o paradigma vigente, por via das políticas públicas locais que repousavam no perímetro de responsabilidade do executivo, para atraírem residentes, massa crítica empresarial e atividades indutoras de receita primária. A sustentabilidade financeira tão apregoada tinha de ser amparada por mais e melhores políticas ativas de motivação à realidade económica e social envolvente e não por meros exercícios pontuais, sem qualquer fio condutor e sem qualquer articulação. A lógica de silo com que as medidas eram apresentadas, levava a crer que não existia uma linha de pensamento estruturado, em relação aos objetivos estratégicos do concelho e à sua estratégia de afirmação política e de independência económica. Referiu ainda que aquele caminho da Presidente da Câmara era o caminho errado, pois não havia uma





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ideia inovadora para promover a competitividade territorial, não existia uma única ideia de como posicionar o concelho no mapa das cidades inteligentes, onde a interligação da eficiência energética, da mobilidade sustentável, da descarbonização urbana, da promoção da diversidade ambiental, da gestão do parque habitacional e da qualidade de vida das pessoas devem caminhar no sentido harmonioso, em linhas de tempo coincidentes. Na área económica e da coesão parecia que a única ideia era a criação de um gabinete do empreendedor, algo que aparecia com quase três décadas de atraso, com a agravante de existir ali uma clara duplicação de esforços com outras entidades locais e uma sobreposição de competências que, num contexto de escassez de recursos humanos e financeiros, não era desejável. Mais referiu que aquele orçamento era feito de ideias avulsas e desgarradas, que revelavam falta de foco e de ambição estratégica. Na verdade, o orçamento ali apresentado pelo executivo, era totalmente desprovido de uma visão sistémica e incapaz de encarar os fatores decisivos dos desafios emergentes e prospetiváveis, na configuração futura do modelo de organização territorial das várias atividades e funções do território e de afirmação da capacidade competitiva do município em contextos geográficos diferenciados, numa lógica de contiguidade regional: Alto Alentejo, região Alentejo, Portugal e Espanha e de rede, nomeadamente a articulação com territórios com preocupações comuns ou que partilhavam objetivos de desenvolvimento semelhantes, incluindo os territórios transfronteiriços. Acrescentou que aquele orçamento era ainda desprovido de uma visão prospetiva, que permitisse a identificação de cenários capazes de enquadrar a evolução futura do município, que fossem úteis aos agentes locais para uma melhor e mais eficiente construção da capacidade competitiva do território, através da fixação de fatores de excelência, da valorização dos recursos próprios e dos recursos suscetíveis de atração e estruturação de parcerias e de redes de cooperação. Por último, disse que aquele orçamento era também desprovido de uma visão alargada da participação no processo de planeamento estratégico, envolvendo e implicando um leque diferenciado e diversificado de operadores públicos, associativos e privados, na identificação dos problemas e fatores críticos para o desenvolvimento de Portalegre e na procura de soluções para os problemas identificados, contribuindo para uma maior arbitragem de alternativas e opções em domínios como a localização de atividades económicas, a qualidade de vida, o ambiente, a oferta de atividades de lazer e também no domínio do financiamento e da gestão das próprias intervenções. Mais disse que o orçamento era inclusive desprovido de uma visão de gestão estratégica municipal, tendo em consideração as condicionantes existentes no patamar da intervenção pública, nomeadamente na sua estrutura departamental, nos constrangimentos orgânicos da administração local e de natureza orçamental. Perguntou à Presidente da Câmara quantas empresas e que setores de atividade defendia o município para o plano de economia local. Em conclusão, referiu que apesar da tão falada contenção, a despesa corrente do município tinha crescido 800.000€, em 2015, e, pelo andar da carruagem, 25% da receita total, em mais de um terço das receitas próprias estavam afetadas a amortizações de capital e liquidação de juros. Pelos motivos expostos, a bancada do PSD não iria viabilizar aquele orçamento e as GOP, pelo que votava contra. -----

A Presidente da Câmara disse que não iria responder, até porque o que tinha acabado de ouvir representava, manifestamente, um desconhecimento total, daquilo que era a vida da autarquia e do que eram as contas da Câmara. Não havia naquelas palavras a mínima visão do que tinha sido a diminuição da despesa nos últimos anos. Ao ter mencionado o aumento da despesa, esqueceu-se completamente de que também tinha aumentado o rendimento nacional, da reposição dos cortes salariais, do saneamento básico que tinha aumentado três vezes mais para a autarquia de Portalegre e que não tinha a ver com a questão de a Câmara fazer contenção, mas sim porque foram privatizadas as águas do Norte Alentejano para a Lisboa e Vale do Tejo, assim como também tinha a ver com a privatização a que o executivo se opôs, relativamente à Valnor. Portanto, a realidade era que fizeram tábua rasa à política preconizada, anteriormente, pelo PSD. Tal facto é que deveria ser apontado por todos os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

elementos ali presentes. Lembrou ainda que não tinha sido o PSD a trazer para cá a Jerónimo Martins, nem a nova fábrica que vinha a seguir. As declarações anteriores revelavam uma retórica, pura e dura, de alguém que não tinha noção prática da realidade das coisas. Por último, disse que no 18.º ponto, daquela ordem de trabalhos, gostaria de ver o que é que o PSD tinha a apontar como solução, visto ter sido uma medida preconizada por eles próprios. --

Sara Cid disse que as questões que colocou ao executivo camarário não tinham sido respondidas. -----

João Cardoso disse que o grupo da CLIP preconizava em termos estratégicos o desenvolvimento da cidade e o mais importante seria investir no desenvolvimento económico do concelho. O orçamento apontava para tal, embora fosse um orçamento reduzido. Portanto, seria fundamental haver uma política de marketing, para promover e divulgar as potencialidades económicas do concelho. Em segundo lugar, seria essencial divulgar os aspetos culturais existentes na cidade e, ao contrário do que outros diziam, Portalegre tinha uma oferta cultural diferente de outras cidades de igual dimensão. Por último, referiu que a CLIP tinha defendido sempre a manutenção daquilo que já tinha, o que estava espelhado nas GOP. Uma vez que o orçamento era reduzido, seria importante perceber como é que se iam implementar as requalificações municipais. -----

A Presidente da Câmara informou uma vez mais que aquele era o orçamento possível, face aos constrangimentos económico financeiros e salientou que existia uma estratégia assumida, centrada em vários pontos. Um deles foi diminuir a despesa de funcionamento da autarquia, o que conseguiram a nível das horas extraordinárias, das ajudas de custo, a nível dos combustíveis nas frotas, iluminação, água, etc. No entanto, tinham outras despesas que, infelizmente, apareciam inesperadamente, como era a questão do saneamento básico, em que pagavam cerca de 69.000€ e passaram a pagar 163.000€, mensalmente. Portanto, o que tinham conseguido poupar em termos de despesas, acabou por ser absorvido por aquele aumento significativo. Relativamente à captação de investimento, a que o executivo municipal dava enfoque, referiu que tinham havido incentivos fiscais para tal e uma prova era a vinda da fábrica Jerónimo Martins para a zona industrial, onde que a derrama deixou de existir, não só para aquela, mas para todas as interessadas. Mais disse que para além de tentarem incentivar e captar investimento também tinham apostado em manter as pessoas que cá estavam. Naquele sentido, havia fábricas que estavam a aumentar o seu espaço e o número de lotes que tinham ido à Câmara também tinha crescido. Portanto, a aposta ainda não era a que desejariam, havia muita coisa a fazer mas também não tinha sido possível devido aos constrangimentos atrás mencionados. Salientou que não descuidavam as áreas basilares: educação, ação social, ambiente e outras e havia ainda outra aposta que tinham em orçamento, que tinham a ver com infraestruturas para beneficiarem a qualidade de vida dos munícipes, com sendo o caso das estradas do Assumar, dos Fortios, da Rabaça, as quais estavam em muito mau estado e tinham de ser repavimentadas, mesmo sem fundos comunitários. Outras apostas que faziam parte da estratégia do executivo apareciam com rubricas abertas, uma vez que eram passíveis de vir a ter candidaturas a fundos comunitários. Para certos fundos comunitários havia possibilidade, caso o executivo e a assembleia aprovassem, de se poder ir à banca buscar dinheiro para executar obras essenciais, como as etar's e questões ligadas ao saneamento básico, pois era excecionado da dívida. Contudo, teriam de equacionar a dívida da Câmara e pensar a mesma, de modo a não comprometer o futuro. Por outro lado, teriam de aumentar ao máximo a receita da Câmara, por via da gestão parcimoniosa dos equipamentos que possuíam, inclusivamente na concessão de alguns a empresas e privados, de modo a serem rentabilizados. Em conclusão, havia ainda muito a fazer, tanto a nível do parque industrial, na cidade, como nas freguesias. No entanto, não havia o paradigma de fazer grandes obras, mas sim incentivar quem quisesse investir cá. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Jorge Isidro reconhecia que era difícil para o executivo atingir os objetivos. Contudo, tal não impedia que estivesse em desacordo com a estratégia seguida. Quanto ao referido apoio às empresas, disse à Presidente que não era correto dividir a zona industrial em partes e dar minoração a umas e não a todas. Sugeriu que, em vez de minorarem algumas em 30%, deviam minorar todos em 10%. Era uma questão de coerência. Em relação às licenças de construção, disse que as mesmas tinham um valor elevadíssimo e a fórmula municipal que as calculava, em Portalegre, dividia por 100, enquanto que em Castelo Branco dividiam por mil. Lembrou o exemplo do empresário que quis construir o centro comercial cá e que a autarquia lhe exigiu cerca de 900.000€, pela respetiva licença. Obviamente que não era naqueles moldes que se cativavam potenciais investidores. ....

Raúl Cordeiro chamou a atenção à Presidente da Câmara, pois não tinha encontrado, em sede de orçamento, nenhuma verba que permitisse alavancar uma hipotética candidatura a um programa comunitário. ....

A Presidente da Câmara disse que, no orçamento, as rubricas definidas estavam todas abertas. Se conseguissem porventura reestruturar o saneamento financeiro e de acordo com as prioridades estabelecidas, quer pela Câmara, quer pela Assembleia, poderiam recorrer para a contrapartida nacional. A lei permitia tal exceção e não entraria para o limite de endividamento. Lembrou que todo o quadro comunitário estava atrasado e no que dizia respeito às questões ambientais havia, atualmente, uma grande responsabilidade sobre as mesmas. Relativamente à questão do membro Jorge Isidro, disse que o mesmo tinha razão e que a questão do IMI já ali tinha ido a debate. Contudo, tinha sido retirada por causa da ida ao FAM e da receita. Lembrou que a proposta tinha sido da CLIP, consensualizada posteriormente, de forma a viabilizar os impostos, por falta da ida ao FAM. A segunda questão estava em cima da Mesa e, até final do ano, seria revista. ....

A Presidente da Mesa disse que iriam passar à votação dos pontos em separado. ....

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos contra ( 8 PS, 4 CDU, 2 PSD e 1 Independente) e 13 votos a favor (CLIP) em 28 presenças, rejeitar o orçamento e mapa de pessoal da Câmara. ....

### **Declaração de voto - PS (Raúl Cordeiro)**

“Não tendo resultado expressos em sede de orçamento os pontos enumerados pelo PS para a viabilização do mesmo, votamos contra:

- Protocolo de transferência de competências para as freguesias com reforço das dotações em relação a 2015;
- Reforço do apoio logístico ao movimento associativo de natureza social, desportiva, cultural e recreativa, de acordo com o plano de atividades de cada associação;
- Realização de um estudo de viabilidade e saneamento financeiro da fundação Robinson;
- Apresentação e aprovação de um plano de poupança de recursos no pessoal de apoio sem vínculo laboral à CMP, em especial no pessoal de apoio ao executivo;
- Lançamento do orçamento participativo;
- Inventariação de medidas alternativas ao recurso ao FAM como medidas de apoio à sustentabilidade financeira do município;
- Aposta em eixos estratégicos de desenvolvimento, como dinamizadores da atividade económica de base local;
- Definição de uma lista de investimentos estratégicos prioritários que permitam a poupança em custos de financiamento e sustentabilidade de estruturas atuais;
- Definição de uma lista de investimentos em equipamentos prioritários.”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acrescentou que faziam também deles a declaração de voto apresentada pelos vereadores do PS, em sede de Câmara.-----

### **Declaração de voto - CDU (Vereador Luís Pargana - em sede do executivo)**

“A apresentação da proposta de Orçamento e de grandes Opções do Plano para 2016, no final do mês de abril de... 2016 (!) é, só por si, um sinal do fracasso da governação desta maioria. Quase a meio do ano, a CLIP apresenta os documentos previsionais para a sua ação governativa para o ano. Já em 2015 assim tinha acontecido e os resultados estão à vista:

- Desleixo do espaço público (ruas, jardins, estradas e caminhos municipais...);
- Degradação dos equipamentos municipais (edifício histórico dos Paços do Concelho, Quinta da saúde, edifícios classificados da fábrica Robinson, o Castelo e a sua Barbacã...) e do seu funcionamento (problemas de funcionamento na Biblioteca Municipal, CAEP, Museus... em que a falta de climatização é apenas um dos mais dos visíveis);
- Deterioração do parque escolar municipal (escolas e jardins de infância, com problemas de saúde e segurança identificados pela autoridade de saúde e que persistem sem solução...);
- Carência de trabalhadores necessários para assegurar competências essenciais da Câmara Municipal (auxiliares de ação educativa nas escolas e jardins de infância, sapadores florestais, varredores e muitas outras funções nomeadamente operárias...);
- Sobrecarga das juntas de freguesia do concelho, a quem são atribuídas responsabilidades e competências, sem a correspondente transferência de meios e recursos adequados à sua boa execução;
- Desvalorização das funções sociais do Município, nomeadamente na área da educação, da habitação social e nos apoios sociais e ao associativismo cultural, desportivo e recreativo;
- Inexistência de uma política municipal desportiva e cultural sustentável e consequente (recorde-se que foi neste mandato autárquico que foi extinto o programa desportivo “Vivacidade Sénior”, com 12 anos de existência...);
- Desincentivo à participação dos cidadãos, nomeadamente com o esvaziamento da promessa eleitoral de realização de um orçamento participativo...

Tudo isto é uma realidade que se vem agravando com a falta de estratégia e de planeamento para o concelho de Portalegre, com resultados gravosos para o quotidiano dos portalegrenses. E não é por falta de contributos, propostas e sugestões apresentadas pelo vereador da CDU na oposição construtiva que tem desenvolvido ao longo do mandato.

De especial relevo foi a disponibilidade que o vereador da CDU manifestou para colaborar na elaboração de uma nova proposta de Orçamento Municipal, na sequência das recomendações da bancada da CDU na Assembleia Municipal, aquando do “chumbo” da proposta apresentada pela CLIP em dezembro de 2015então e que fazia o apelo à adesão ao FAM.

Mas a disponibilidade da CDU ficou sem resposta e a proposta agora apresentada, embora retirando o pressuposto da adesão ao FAM, mantém os mesmos princípios de governação que tanto têm atrasado Portalegre.

Quatro meses não chegaram para que a maioria esboçasse sequer uma tentativa de diálogo em torno das soluções que Portalegre precisa e que deveriam ficar plasmadas nestes documentos previsionais.

Este é, portanto, o Orçamento da maioria CLIP. Não é o Orçamento que Portalegre precisa, nem promove o planeamento estratégico que seria indispensável para inverter a tendência de despovoamento e definhamento do concelho de Portalegre.

Não merece, por isso, aprovação.”

### **Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Na Assembleia Municipal realizada em 27 de dezembro de 2013, no ponto 20 - Orçamento e Mapa de pessoal da CMP para 2014, apresentei a seguinte declaração de voto: “Tenho consciência de que o executivo municipal teve enormes dificuldades na elaboração deste orçamento, principalmente pela enorme dívida da autarquia, mais de 40.000.000,00€ (quarenta milhões de euros), estou consciente de que o executivo gostaria de ter condições para apresentar um orçamento diferente. No entanto, gostaria de fazer os seguintes reparos:

- Se em situações normais considero importante que sejam envolvidos os vereadores da oposição, nesta situação em particular, considero ainda mais importante, pelo facto de ser necessário unir esforços para, em conjunto, podermos criar condições para ultrapassar as enormes dificuldades em que vivemos;

- Em relação ao orçamento, tendo em conta a enorme dívida da autarquia mas analisando a conjuntura económica do país, considero que tinha sido importante aumentar as transferências para as juntas de freguesia e para as associações e coletividades, porque são estas instituições que prestam grande serviço às comunidades de que fazem parte, desde o apoio direto às populações, ao seu envolvimento, quer desportivo quer cultural, mantendo vivas as nossas tradições que, confrontadas com as enormes dificuldades económicas em que o país vive, têm neste momento mais dificuldade em obter apoios;

- Gostaria que este orçamento aposta no desenvolvimento económico do concelho, tendo por base as nossas tradições, os nossos produtos endógenos, o nosso clima, a nossa cultura, o nosso património religioso e cultural e a nossa gastronomia, porque entendo que este será o caminho a seguir;

- Pela enorme dívida da autarquia, considero importante que seja analisada a sua organização, para que possa ser criada uma estrutura mais simples, mais equilibrada e mais eficiente, tenho a clara noção de que os próximos orçamentos não vão contar com grandes aumentos de receita - vejam-se as transferências do orçamento de estado cada vez mais reduzidas - e o mesmo irá acontecer em relação às outras receitas da autarquia se a opção principal for o pagamento da dívida, pois iremos ter menos pessoas e menos dinheiro.

Com esta declaração de voto, pretendo chamar a atenção para a necessidade de reduzir a despesa primária, fazer uma aposta no crescimento económico, criando condições para aumentar receitas e ir pagando a dívida.

Lembro que foi esta a declaração de voto que fiz em 2013 e , passados estes anos, não estava enganado, pois a senhora Presidente reconheceu na sua declaração que este é o orçamento possível, tendo em conta os constrangimentos que a Câmara Municipal atravessa, em termos da redução da receita.

Relativamente às grandes opções do plano, a Presidente deitou a toalha ao chão e reconhece que a realidade económica e financeira não é favorável e, portanto, há que tomar opções (ainda que duras e difíceis), no sentido de continuar a assegurar a recuperação financeira do município e de, simultaneamente, assegurar o cumprimento das competências e obrigações básicas da autarquia, ou seja, continuar com a gestão corrente à custa das associações e coletividades, das juntas, do empresários e de todos os portalegrenses.

Reconheço que é difícil gerir um município com uma dívida muito significativa mas considero importante que se nam esforços para, em conjunto, se ultrapassarem as dificuldades, como considero importante haver mais rigor, quer na gestão, quer no funcionamento, bem como numa forte aposta no desenvolvimento económico, porque sem a criação de riqueza não é possível ter qualidade de vida e será bem mais difícil pagar a dívida.

Foi esta a razão da declaração de voto de 2013, em que procurei apontar caminhos.

Em 2016 continuamos com o concelho parado, a quererem pagar dívida e sem implementarem medidas, sacrificando tudo e todos.”

#### **4 - Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2016/2020;**

- Deliberação de 22.04.2016 -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2016/2020, aprovadas pela Câmara Municipal por maioria, com 4 votos a favor da CLIP e os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos contra (8 PS, 4 CDU, 2 PSD) 1 abstenção (Jorge Isidro) e 13 votos a favor, em 28 presenças, não aprovar as grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2016/2020. -----

### **5 - Planos de pagamento com diversas entidades/associações;**

- Deliberação de 23.12.2015 -

Presentes planos de pagamentos com diversas entidades/Associações. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Pinto Leite e Miguel Monteiro aprovar o plano de pagamento e aceitar o perdão do Corpo Nacional de Escutas no valor de 13.288.93, uma vez que a referida entidade não efetuou a totalidade do investimento. Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação nos termos do n.º 2, art.º 18 do Decreto Lei 127/2012 de 21 de junho.-----

Raúl Cordeiro perguntou quais tinham sido os critérios definidos para se ter procedido aos pagamentos que estavam a ser efetuados às associações. Porque é que alguns se iniciaram em 2016 e outros somente em 2017. Qual a proporção dos pagamentos que eram feitos. Certamente havia razões para tal procedimento e o PS gostaria de saber quais foram. -----

Eugénio Barbosa disse que gostaria ainda de perguntar à Presidente da autarquia se o que ali estava, no espaço temporal de oito anos, representava todo o incumprimento da Câmara, em relação aos compromissos assumidos com as diversas entidades -----

João Cardoso apontou o facto de que todos os valores diziam respeito a deliberações anteriores àquele executivo. Questionou se tinham sido contactadas as associações, no sentido de perceber se o valor estava regularizado. -----

Cristóvão Crespo disse que normalmente havia subsídios no último ano do mandato e olhando para o que tinha sido o histórico de 2013, tiveram um número enorme de subsídios atribuídos e pagos. Para 2017 iriam ter outra chuva de subsídios. Perguntou porque é que não tinha havido um critério para arrumar alguns subsídios em atraso. -----

Jorge Isidro disse que não tinha visto expresso no documento qualquer entrega de subsídio a duas associações desportivas importantes da cidade - o Estrela e o Desportivo. Perguntou se as mesmas tinham sido contempladas, uma vez que já há alguns anos que não recebiam nada da autarquia. -----

A Presidente da Câmara disse que aqueles subsídios tinham de ser divididos, pois tratava-se de subsídios atribuídos ao investimento. Outros dos subsídios, já ali falados, eram diferentes, porque eram atribuídos à atividade das associações e coletividades. Alguns foram atribuídos há alguns anos e tinham a ver com algumas sedes. Os critérios tinham sido distintos e foram trabalhados com cada uma das associações, dentro da margem que tinham para pagar. Também tinha a ver com alguns valores em dívida de alguns e outros que nunca tinham recebido. Os outros subsídios atrás referidos tinham a ver com as atividades desenvolvidas pelas associações e algumas também recebiam em géneros, utilizando os parques desportivos e contavam com apoio nas deslocações. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Rui Simplício solicitou esclarecimento quanto ao subsídio que foi atribuído, em 16.09.2013, ao CCD do Município de Portalegre, no valor de 20.000€. E em relação à Igreja Paroquial da Sé que era previsto receber 41.800€, em 2016 e 83.000€ em 2017. Por último, perguntou acerca dos subsídios para a CIMAA, de 16.815€, durante 16, 17, 18, 19 e 20, do que é que se tratava, pretendendo saber também o valor dos Ases do Pedal. -----

A Presidente da Câmara disse que o subsídio à Fábrica da Igreja tinha a ver com a deliberação de há alguns anos, para a Igreja dos Assentos, na ordem dos 500.000€ e aquele era o restante que faltava pagar. Quanto ao do CCD, tinha a ver com o investimento em material para o bar, que a direção do mesmo tinha feito, aquando da requalificação do edifício e faltava pagar ainda 20.000€. Relativamente à questão da CIMAA, Areanatejo e Triurbir, informou que os valores eram respeitantes às quotas em atraso. O dos Ases do pedal tinha sido um subsídio atribuído em 2009, para o investimento na sede. Tratava-se de atividades pontuais. -----

Cristóvão Crespo disse que as instituições ao investirem ficavam mais pressionadas do que propriamente na sua atividade. A atividade das mesmas era, geralmente, moldada em função das possibilidades e que o argumento da Presidente não fazia sentido. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (CLIP e CDU), 11 abstenções (8 PS, Jorge Isidro e 2 PSD) e aprovar o plano de pagamentos às associações.-----

### **Declaração de voto - PS (Raúl Cordeiro)**

“No estrito respeito pelas necessidades destas associações e destas entidades, não ficamos completamente esclarecidos de quais foram os critérios e as prioridades que presidiram, nomeadamente, aos inícios dos pagamentos e às priorizações dos pagamentos, porque, na verdade, existiam ali entidades de diversa natureza. A Presidente referiu que estes subsídios tinham a ver com despesas de investimento, mas claramente o da CIMAA não tinha a ver com a mesma natureza, era de natureza diferente, são quotas que estavam a dever-lhes e, com todo o respeito pela CIMAA, certamente haveria ali outras associações que teriam uma necessidade premente e urgente maior do que a CIMAA, que começava a receber o dinheiro em 2016, enquanto alguns só começavam a receber em 2017.”

### **6 - Plano de pagamento a fornecedores;**

- Deliberação de 23.12.2015 -

Presente plano de pagamento a fornecedores. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vereadores Pinto Leite e Miguel Monteiro aprovar o plano de pagamento. -----

Raúl Cordeiro perguntou à Presidente da Câmara se existiam mais algumas dívidas daquela natureza a outras empresas e se estaria em condições de garantir se existiam, ou não. -----

A Presidente da Mesa informou que a Presidente da Câmara não se encontrava na sala. -----

Hugo Capote lembrou que nas faltas e impedimentos da mesma deveria ser o vice presidente a responder. -----

O vereador Nuno Santana informou que com aquelas empresas tinha havido acordo de pagamento e que aquelas duas eram as únicas que tinham em dívida. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara voltou a entrar na sala.-----

Rui Simplício questionou se não existiam mais acordos a fazer com mais empresas-----

A Presidente da Câmara disse que com aquela antiguidade não havia. A maior parte já estava acordada e já tinham ido ali à Assembleia, mas lembrou que ainda havia 34.000.000€ em dívida.-----

Jorge Isidro perguntou porque eram aquelas e não outras, e qual tinha sido o critério, uma vez que havia mais a quem a câmara devia.-----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse haver ainda 4.550.000€ das Águas do Norte Alentejano, que tinham feito uma proposta, a Câmara fez uma contra proposta e, até à data, aguardavam resposta. Acrescentou que da parte da Valnor tinham mais 600.000€, em que a Câmara se propôs a pagar a cinco anos, com juros de 3% e que a contra proposta deles foi a 3 anos, com juros de 6% e que a Câmara iria contrapor outra vez.-----

Cristóvão Crespo perguntou se os planos com início previsto em janeiro de 2016 já tinham começado a funcionar ou só iriam começar após a aprovação.-----

A Presidente da Câmara informou que obviamente só começariam após a aprovação.-----

Cristóvão Crespo referiu que em certos assuntos ali apresentados, o tempo já tinha passado pelos mesmos e, no mínimo, deveria haver o cuidado de atualizar as situações. Os formalismos deveriam ser minimamente respeitados.-----

A Presidente da Câmara lembrou que os assuntos em causa já ali tinham estado no ano passado e foram retirados pela Assembleia. Não podiam ser alterados unilateralmente.-----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (13 da CLIP e 4 CDU) e 11 abstenções (8 PS, Jorge Isidro e 2 PSD) aprovar o plano de pagamentos a fornecedores.-----

Raúl Cordeiro pretendeu intervir à Mesa, antes dos pontos 7, 8, 9 e 10, uma vez que o PS defendia que aqueles pontos não deveriam ir somente para conhecimento da Assembleia Municipal, mas sim para serem ali votados. Posto aquilo, os membros do PS optavam por não tomar conhecimento e iriam retirar-se da sala, durante a discussão dos quatro pontos.-----

O grupo do PS abandonou a sala.-----

### **7 - Relatório e contas do Mercado Municipal de 2015.**

#### **- Para conhecimento.**

- Deliberação de 22.04.2016 -

Presente relatório e Contas do Mercado Municipal de 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com as abstenções dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana aprovar o relatório e Contas do Mercado Municipal de 2015.-----

Cristóvão Crespo disse que aquela situação de ser dado apenas conhecimento à Assembleia Municipal e a Câmara deliberar sobre os documentos não fazia qualquer sentido. O caminho normal seria o de a Assembleia tomar posição sobre o ponto.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara informou que a Câmara não tinha deliberado sobre o mesmo, pois o Mercado Municipal tinha órgãos próprios para tal. -----

Hugo Capote disse que embora a CDU não se ausentasse da sala, também entendiam que a situação era caricata. Os SMAT também tinham conselho de administração e órgãos, mas as contas iam ali, à Assembleia Municipal, para aprovação. Portanto, de certa forma, era uma menorização democrática daquele órgão que, como se sabia, servia para fiscalizar a atividade da Câmara e do seu perímetro orçamental e não entendia porque é que não deveriam aprovar também as contas do Mercado e da Fundação Robinson. A CDU só assim votaria a favor. -----

### **8 - Plano de atividade e orçamento do Mercado Municipal de Portalegre para 2016.**

**- Para conhecimento;**

- Deliberação de 23.12.2015 -

Presente plano de atividade e orçamento do Mercado Municipal para 2016. A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### **9 - Relatório e Contas da Fundação Robinson de 2015.**

**- Para conhecimento;**

- Deliberação de 22.04.2016 -

Presente relatório e contas da Fundação Robinson de 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### **10 - Plano de atividades e orçamento da Fundação Robinson para 2016.**

**- Para conhecimento;**

- Deliberação de 23.12.2015 -

Presente plano de atividade e orçamento da Fundação Robinson para 2016. A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

Foi efetuado um Intervalo nos trabalhos, depois de proposto e aprovado por unanimidade dos presentes.

### **11 - Plano de pagamento com a Caixa Agrícola;**

- Deliberação de 23.12.2015 -

Presente plano de pagamento com a Caixa Agrícola. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana aprovar o plano de pagamento. -----

Raúl Cordeiro perguntou se aquele ponto estaria relacionado com o ponto seguinte -----

A Presidente da Mesa disse que sim e que poderiam discutir os dois em conjunto, com votação em separado, se ninguém se opusesse. -----

### **12 - Ofício do Novo Banco de 18 de março de 2016 referente à regularização da dívida relativa ao processo de aquisição de imóveis à Sociedade Corticeira Robinson;**

- Deliberação de 18.04.2016 -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente ofício do Novo Banco de 18 de março de 2016 referente à regularização da dívida referente ao processo de aquisição de imóveis à Sociedade Corticeira Robinson. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor do membros do executivo em permanência e contra dos Vereadores Pinto Leite e Miguel Monteiro e a abstenção da Vereadora Fernanda Bacalhau, aprovar a proposta, a partir de 16 de maio de 2016. -----

Raúl Cordeiro perguntou se a Presidente da Câmara os poderia elucidar sobre quais tinham sido as diligências efetuadas, desde junho de 2004 até à data, para resolver aquela questão. -

A Presidente da Câmara informou que em 2004 ainda não estava mandatada à frente da autarquia. No entanto, referiu que aquela dívida esteve sempre inscrita como dívida da Câmara Municipal de Portalegre, desde 2003. Existia inclusive uma deliberação de Câmara e da Assembleia, aquando da escritura e em que se pagou um determinado montante, ficando ainda de ser pago outro mais tarde. Contudo, como o pagamento não foi efetuado, a dívida ficou inscrita na dívida da autarquia e, quando tomou posse, tentou perceber que dívida era aquela e também foram contactados pelo banco, no sentido de que já tinha passado muito tempo, desde que o montante era devido. Acrescentou que a restante informação estava plasmada nos documentos entregues e não sabia muito mais, relativamente ao histórico daquele assunto. -----

Raúl Cordeiro perguntou à Presidente da Câmara se tinha conhecimento de alguma reunião efetuada ainda em 2004, entre o então Presidente da Câmara de Portalegre (Mata Cáceres) e as partes interessadas na dívida em causa. -----

A Presidente respondeu que sim, através de um documento que tinha ido a reunião de Câmara, na qual tinha estado presente o atual advogado da autarquia (Henrique Testa). -----

Raúl Cordeiro perguntou ainda à Presidente da Câmara se poderia confirmar que aquele documento não era do conhecimento da Assembleia Municipal. -----

A Presidente respondeu que não sabia quais tinham sido os documentos enviados para a Assembleia Municipal. Na Câmara tinham estado. -----

Raúl Cordeiro salientou que deveria ficar registado que tinha havido um documento, resultante das partes interessadas, o qual não tinha sido do conhecimento daquela Assembleia e que era importante para a tomada de decisão. -----

A Presidente da Câmara perguntou se se estaria a referir à Assembleia atual ou à anterior. ----

Raúl Cordeiro disse que era a atual que estava a ser confrontada com aquele assunto. -----

A Presidente respondeu que o documento tinha voltado, uma vez que a Câmara não teve dinheiro para pagar e que só agora resolveu fazer um plano para tal, conforme obrigava a Lei das Finanças Locais. -----

Raúl Cordeiro chamou a atenção para o facto de ter havido outra situação que se tinha passado pelo meio, que obrigou a tomar um rumo diferente e era aquela decisão que gostariam de ter conhecimento. -----

A Presidente da Câmara lembrou que todos os documentos que a Câmara tinha podiam ir à Assembleia. Não se estava ali a esconder nada. No entanto, não sabia se ali tinha ido, ou não. O documento constava do processo. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor (CLIP), 6 abstenções (4 CDU e 2 PSD) e 9 votos contra (8 PS e Jorge Isidro), em 28 presenças, aprovar o referido plano de pagamento (ponto 11).-----

**Deliberação:** a

Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor (CLIP), 6 abstenções (4 CDU e 2 PSD) e 9 votos contra (8 PS e Jorge Isidro), em 28 presenças, aprovar o referido plano de pagamento (ponto 12).-----

**Declaração de voto - PS (Raúl Cordeiro)**

“Nós não consideramos estar na posse de todos os elementos que nos permitam tomar uma decisão sobre o assunto e por isso votamos contra.”

**Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)**

“A nossa abstenção prende-se com o facto de, apesar de ter sido manifestamente uma decisão unânime, quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal, e por acharmos que é uma dívida legal e inscrita há bastantes anos na Câmara Municipal, realmente tinham algumas dúvidas em relação a todo o processo e a toda a transparência, o que, na nossa opinião, não invalida que a dívida seja para pagar.”

**13 - Prestação de contas de 2015 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação de 4.04.2016 -

Presente documento de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento de prestação de contas dos SMAT.-----

O vereador António Landeiro disse que, depois de 2 anos de saldos negativos, era agradável ter ali um documento que revelava algum conforto, não só para os trabalhadores dos SMAT, como para o seu conselho de administração. Referiu que têm vindo a procurar reformular alguns dos procedimentos, no sentido de equilibrar os três setores essenciais que faziam parte dos SMAT: transportes, estacionamento e águas. Continuava a ser uma luta difícil mas, nos transportes já tinham recuperado cerca de 24.000€, embora houvesse ainda algum défice o qual era explicado porque estavam imputados aos recursos humanos cerca de 100.000€. No estacionamento também recuperaram 34.000€, fruto de todas as alterações feitas e da procura de rentabilizar todas as questões ali implicadas. Quanto às águas, disse que tiveram uma recuperação na ordem dos 207.000€ valor que, para além do trabalho feito na recuperação das perdas e na beneficiação das condutas, tinha sido importante. Acrescentou que aquela situação também tinha a ver com o facto de que, no último trimestre de 2015, tinha sido a alteração do preço da água em baixa, que permitiu alguma almofada financeira. Assim, foi possível a partir de janeiro de 2016 reduzir o tarifário doméstico, na ordem dos 0,06€, por metro cúbico. Ainda havia muita coisa a fazer e situações a corrigir, relativamente ao investimento necessário e tinham prevista uma obra a curto prazo no Bairro dos Assentos, a qual seria da ordem dos 150.000€, permitindo renovar alguma rede. No entanto, o setor dos transportes era problemático e ainda iria levar um ou dois anos a equilibrar. -----

Jorge Isidro solicitou à Mesa a leitura de um documento seu e dada a palavra ao mesmo passou a lê-lo: “Considero que o documento apresentado está bem estruturado, procurando mostrar de uma forma simples a realidade dos serviços municipalizados. Verifiquei a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

preocupação clara que existiu ao nível de dotar os serviços de mais eficácia na procura de melhorar a situação económico financeira. Foi definida uma estratégia com o objetivo de inverter esta situação, verificada num passado recente. Foram iniciadas medidas em 2014, com continuidade em 2015 e 2016. Na apresentação das contas de 2015 o resultado é positivo, passando de 91.635,45€ negativos de 2014, para 174.192,55€ positivos. Em assembleias anteriores manifestei o meu desacordo e relação a algumas opções tomadas por parte dos serviços, nomeadamente a opção que tiveram em relação ao estacionamento, posição que mantenho, mas reconheço que na globalidade existe uma clara preocupação na aplicação dos dinheiros públicos. Foi feita uma análise à situação, elaboraram um plano que estão a implementar e os resultados estão à vista. Considero que os resultados poderiam ser melhores se a relação da Câmara com os Serviços fosse diferente. Quando se lidera, perguntar e escutar os outros não é um ato de humilhação, é um ato de inteligência e podemos todos aprender uns com os outros e, obviamente, quem está há muitos anos no mesmo local de trabalho conhece melhor que ninguém os cantos à casa e sabe como arrumá-la. Ao vereador António Landeiro, ao chefe de divisão municipal Rui Pinto e a todos os colaboradores felicito-os pelo trabalho realizado.”

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (13 CLIP, 8 PS, 4 CDU e Jorge Isidro), 2 abstenções (PSD), em 28 presenças, aprovar a prestação de contas de 2015 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes. -----

**14 - Informação n.º 3897 do Serviço de Finanças/Património, de 17 de dezembro de 2015, referente à compra de uma parcela de terreno destinado a complexo desportivo “Carreira de Tiro” a adquirir a Joaquim Patrício Louro;**

- Deliberação de 23.12.2015 -

Presente informação n.º 3897 do serviço de finanças/património, de 17 de dezembro de 2015, referente à compra de uma parcela de terreno destinado a complexo desportivo “Carreira de Tiro” a adquirir a Joaquim Patrício Louro. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vereadores Pinto Leite e Miguel Monteiro, aprovar o pagamento a Joaquim Patrício Louro, do valor de 22.345,87 € em três prestações anuais, iguais e consecutivas, com início no próximo ano 2016. Mais foi deliberado por unanimidade, que a primeira dessas prestações, será paga com a efetivação do título de compra e venda, que será celebrado até final do ano 2016. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (13 CLIP e 4 CDU), 11 abstenções (8 PS, 2 PSD e Jorge Isidro), em 28 presenças, aprovar o respetivo documento. -----

**15 - Despesas de representação - Dirigentes Intermédios de 2.º Grau;**

- Deliberação de 21.03.2016 -

Presente informação n.º 687 do serviço de recursos humanos de 07 de março de 2016 referente a despesas de representação - Dirigentes intermédios de 2.º Grau. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, atribuir as despesas de representação com retroativos a 26 de fevereiro de 2016. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar as despesas de representação para os dirigentes intermédios de 2.º grau. O membro Hugo Capote não se encontrava na sala. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **16 - Prestação de contas da Câmara Municipal de Portalegre referentes a 2015;**

- Deliberação de 22.04.2016 -

Presente prestação de contas da Câmara Municipal de Portalegre referentes a 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade retirar o ponto. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor (CLIP), 6 abstenções (4 CDU e 2 PSD) e 9 votos contra (8 PS e Jorge Isidro), em 28 presenças, aprovar o respetivo documento.-----

#### **Declaração de voto - PS (Raúl Cordeiro)**

“A incoerência com a tomada de posição que o PS teve em relação aos pontos em que nos retirámos da sala e em relação à votação nos orçamentos que deram origem a esta prestação de contas e dando nota disso, o nosso sentido de voto é um voto contra.”

#### **Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)**

“O nosso voto é, apesar de reconhecermos que as contas estão tecnicamente bem executadas, de abstenção e é uma censura política porque não concordamos, basicamente, com o exercício de que elas são o espelho.”

### **17 - Prestação de contas consolidadas da Câmara Municipal de Portalegre referentes a 2015;**

- Deliberação de 22.04.2016 -

Presente prestação de contas consolidadas da Câmara Municipal de Portalegre referentes a 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade retirar o ponto.

Cristóvão Crespo disse à Presidente da Câmara que o valor de 1 milhão de euros de diferença, invocado pela mesma, não era identificável nos documentos apresentados e nem tinha a magnitude evidenciada anteriormente. -----

A Presidente da Câmara referiu que já tinha explicado os valores, mas que o poderia fazer novamente. -----

Hugo Capote disse que naquele ponto a situação tornava-se um bocado incoerente, porque se não tinham tido hipótese de votar o orçamento de parte do perímetro orçamental da Câmara, não lhes deveriam pedir para votar as contas consolidadas. Mais uma vez se percebia que, entre atrasos e recuos dos documentos, assim como a retirada de pontos em reuniões extraordinárias, o esforço dos técnicos do município não era fácil e os membros iam recebendo tudo aos bochechos. Perante tal, iriam votar contra. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos contra (4 CDU, 8 PS, 2 PSD e Jorge Isidro) e 13 votos a favor (CLIP) em 28 presenças, não aprovar a prestação de contas consolidadas da Câmara Municipal de Portalegre referentes a 2015. -----

#### **Declaração de voto - PS (Raúl Cordeiro)**

“O PS faz declaração de voto semelhante à do voto anterior.”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### Declaração de voto - PSD (Cristóvão Crespo)

“ A declaração de voto vai também neste sentido: se nós não somos chamados a votar parte do consolidado, também não podemos votar a totalidade do consolidado. Se há peças que não são submetidas à votação, não faz sentido que depois se vá votar o consolidado. Portanto, o sentido de voto tem esta natureza.”

### Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)

“A nossa declaração de voto vai no sentido da nossa intervenção anterior.”

### **18 - Informação nos termos do n.º 1 do art.º 60.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, relativa à execução do plano de saneamento financeiro.**

- Deliberação de 22.04.2016 -

Presente informação sobre a execução do plano de saneamento. A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

Hugo Capote disse que o documento sobre a execução do plano de saneamento financeiro já o tinham recebido há algum tempo. Contudo, no relatório posterior, nunca tinha visto tão bem especificado, não só a evolução das despesas e das receitas, como o número de trabalhadores, o que considerava muito importante. Posto aquilo, entendeu que o documento estava bem conseguido. Contudo, era assustador perceber que, atendendo à forma como alguns setores camarários funcionavam, tinham trabalhadores a menos do que os que deveriam ter nalgumas áreas. -----

João Cardoso salientou que o art.º 60.º, do regime financeiro das autarquias locais das entidades intermunicipais, dizia o seguinte:” O incumprimento do plano de saneamento era reconhecido na primeira sessão anual da Assembleia Municipal, sendo a cópia da deliberação respetiva remetida à DGAL, no prazo máximo de 15 dias e determinada a retenção das transferências a efetuar, nos termos dos números seguintes, para pagamento à instituição e aos respetivos credores.”; dizia ainda o mesmo diploma, no ponto seguinte: “ A retenção prevista no número anterior é precedida de audição do município, sendo efetuada mensalmente pela DGAL, tendo como limite máximo 20% do respetivo duodécimo das transferências correntes do orçamento do Estado não consignadas.” Acrescentou que a CLIP já tinha ali apresentado uma sugestão para que fosse encontrada uma solução que permitisse o recurso a qualquer outro mecanismo para as autarquias cujo valor da dívida se encontrava entre 1,05 e 2,25 vezes a média da receita corrente, cobrada nos três meses anteriores e, naquele, caso não poderiam recorrer ao FAM. Mais disse que a bancada da CLIP considerava que, tendo em conta a situação financeira do município, assim como o esforço de redução da dívida que tinha sido feito nos últimos anos, deveria a DGAL e o Governo ter em consideração as dificuldades do município e, em particular, considerando esta situação de incumprimento, poderia agravar ainda mais a situação. -----

Cristóvão Crespo disse que aquele ponto decorria da lei e não tinha percebido, na intervenção anterior, qual era a substância daquilo que pretendia. Relativamente aos mapas dos empréstimos do orçamento versus mapa da prestação de contas, perguntou porque é que o ponto final de um não era o ponto de partida do seguinte, visto haver ali também uma diferença de 66.000€.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Cardoso informou que o seu objetivo foi de que a Assembleia reconhecesse o incumprimento, tendo em conta o esforço que a autarquia fez. No cumprimento da lei seria enviada também cópia à DGAL. -----

Raúl Cordeiro disse que naquele ponto a Assembleia era chamada a tomar somente conhecimento de um relatório e não a deliberar sobre qualquer assunto. -----

Hugo Capote disse ter dúvidas se o que estava a ser proposto não iria um pouco no sentido da moção que tinha sido apresentada na assembleia anterior, a qual pressupunha o encontrar de soluções para os concelhos que estavam a cumprir os planos de saneamento e se encontravam numa fase em que nem os deixavam reestruturar a dívida, nem sequer terem benefícios, para poderem sair das penalizações orçamentais. Portanto, ou havia mais uma moção em cima da Mesa para ser votada ou, decorrendo somente da apresentação do ponto, não podiam votar nada. -----

Cristóvão Crespo lembrou que a DGAL, oficiosamente, já tinha conhecimento legal daquela situação, a partir do momento em que foi feito o relatório. -----

Raúl Cordeiro disse que a Câmara já estava em incumprimento há algum tempo e, no entanto, não se recordava de terem sido chamados a pronunciarem-se, nem sobre o relatório de saneamento, nem sobre a obrigatoriedade suposta do ponto 1 do art.º 60.º. -----

João Cardoso salientou que o ponto 3 dizia: "...sem prejuízo do disposto no n.º 1" e, portanto, na sequência de tomarem conhecimento daquele incumprimento, deveria a Assembleia Municipal remeter à DGAL a cópia da deliberação. -----

A Presidente da Câmara, relativamente àquele ponto, referiu que o mesmo sempre fez parte da prestação de contas da Câmara e tinha ido sempre à Assembleia. Efetivamente, vinha na parte da prestação de contas. Em todo o caso, poderiam sempre reenviar todos aqueles relatórios de anos anteriores, para conhecimento. Os relatórios foram sempre em anexo, uma vez que não estava como ponto para debate. Importava dizer que aquele ponto ia ali porque durante algum tempo fizeram prorrogação com o banco, relativamente ao saneamento financeiro, feito em 2008. Lembrou ter havido um período de carência e, em 2011, quando começaram a pagar, a primeira tranche ficou em falha. Portanto, ao longo dos tempos, foi continuando em falta e a autarquia continuou a pedir prorrogação ao banco, com conhecimento da Câmara e da Assembleia. No entanto, quando se apresentou o orçamento na perspetiva de ir ao FAM, a prestação continuava lá espelhada, mas o orçamento foi chumbado. Contudo, o banco já não esperava mais tempo e, naquele sentido, a autarquia fez uma proposta de se pegar naquele milhão e dividi-lo por cinco anos. Para tal será obrigatório o aval do tribunal de contas, o qual questiona o município quanto à legalidade da situação. Obviamente, a Câmara sabia que não existia enquadramento legal, mas era a única forma, visto não ser possível alargar o período de pagamento do saneamento financeiro. A Câmara não conseguiria jamais pagar mais um milhão num ano, em relação ao que já paga de saneamento. Mais disse que o tribunal os questionou, em relação ao enquadramento legal e qual a posição da Assembleia Municipal naquele assunto (art.º 60). Por último, lembrou que a autarquia estava com excesso de limite de endividamento, tinham vindo a descer bastante, desde 2013 (-12.000.000€), mas continuavam em incumprimento. Concluiu, dizendo que o que ali estava era demonstrativo de que a dívida tinha de ser paga, porque se não for por uma forma, eles vinham tirar por outra. Não era obsessão sua e era preciso ter a consciência de que se o município não pagasse, existiam mecanismos para lhes ser retirado o dinheiro (FEF), até ficar sanado o incumprimento. A bancada da CLIP propunha que se sensibilizasse a tutela para se arranjar um mecanismo diferente para as autarquias que, apesar de estarem em incumprimento, estavam a descer a dívida. Embora já se tivesse apresentado uma moção



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

naquele sentido, não impedia que se reforçasse o pedido às entidades, quer à ANMP, que a tutela. -----

João Cardoso disse que, uma vez que existia a obrigatoriedade legal de a Assembleia enviar para a DGAL aquele reconhecimento, seria de reforçar com a moção já ali apresentada.

Cristóvão Crespo disse que aquilo eram duas coisas distintas. Uma era a Assembleia pronunciar-se sobre uma obrigação legal e outra a sensibilização para uma questão. Acrescentou que, no passado, o município já tinha estado sujeito àquela retenção de transferências e não houve utilização do mecanismo do art.º 60.º. Já tinham estado sensíveis no passado e era uma questão de acomodar a situação. -----

Raúl Cordeiro disse não ter reconhecido, nas palavras de João Cardoso, nenhuma proposta em concreto, ou ali colocada sob a forma de moção. De qualquer forma, ao abrigo do art.º 60.º, a lei referia-se à primeira reunião anual da Assembleia Municipal e aquela já era a segunda. Portanto, nem via ali qual a cobertura legal que o artigo pudesse ter. -----

A Presidente da Câmara informou que só acontecia quando tivessem as contas fechadas e nenhuma Câmara tinha as contas fechadas na primeira assembleia do ano. -----

Hugo Capote sugeriu que tomassem conhecimento daquele relatório, visto ser obrigatório o mesmo seguir para a DGAL e se juntarem a moção que foi aprovada na outra assembleia, ficaria exposta a opinião dali emanada, quanto à situação económica e ao constrangimento financeiro atual. -----

Rui Simplício disse que teria de haver uma proposta para votarem. -----

João Cardoso propôs que o documento fosse enviado, ao abrigo da lei, para a DGAL e que fosse anexa a moção anteriormente aprovada. -----

Miguel Serafim entendia ser claro que o que deveria ser ali votado era o incumprimento do município. Ou se reconhecia, ou não. Se fosse reconhecido, então teriam de enviar a deliberação para a DGAL. Posteriormente, disse que fazia sentido enquadrar a forma como e porquê do surgimento do mesmo e a forma de evitar que volte a acontecer, criando mais desafio financeiro. -----

Rui Simplício concordava com o que foi referido anteriormente e se todos assim entendessem juntar-se-ia a proposta atrás referida. -----

Eugénio Barbosa sugeriu que a Presidente da Mesa acrescentasse um ponto para a deliberação em causa e não dentro daquele ponto da ordem de trabalhos já prevista. -----

Miguel Serafim disse que não fazia sentido acrescentar mais um ponto. Ao terem recebido uma informação, a questão da deliberação decorria da lei. Portanto teriam de agir de acordo com o que estava definido na lei. Não carecia de proposta nenhuma -----

A Presidente da Mesa disse que iriam votar o reconhecimento do incumprimento. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças ( o membro Jorge Isidro havia saído da sala) aprovar o reconhecimento do incumprimento do plano financeiro. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Aprovação em minuta:**

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos presentes na sala. -----

FALTAS: Não houve faltas a registar. -----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 14.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 02.00 h, do dia 30 de abril do ano de 2016 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----